



RICA



Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais

Journal homepage:
www.arvore.org.br/seer

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS POLICIAIS DO PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO ESTADO DE SERGIPE

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo conhecer a percepção ambiental dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe. Para isso, foi utilizado um questionário semi-estruturado, abrangendo perguntas a respeito das características do policial militar ambiental (gênero, idade, graduação militar, escolaridade e tempo de serviço no PPAMB), características do comportamento nas ocorrências (predileção por ocorrência, atendimento a solicitações, dificuldades no atendimento à ocorrência) e percepção ambiental (afinidades com o meio ambiente, comportamento ambiental, conhecimento sobre meio ambiente, prioridade na soltura de animais silvestres e interesse na participação de cursos ambientais). A maioria dos policiais ambientais possui afinidade com as questões ambientais e 70% adotam ações ambientalmente corretas no local de trabalho. Há uma preocupação em participar de cursos de educação ambiental. Torna-se necessária a criação de cursos específicos às temáticas ambientais – curso de Aperfeiçoamento Profissional Ambiental (CAPA) -, como forma de dotar os profissionais de conhecimentos técnicos, permitindo a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade, no que tange a proteção do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Ambiental; Polícia Ambiental; Educação Ambiental.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF SQUAD OF MILITARY ENVIRONMENTAL POLICE OF STATE SERGIPE, BRAZIL

ABSTRACT

This study aimed to understand the environmental perception of the police Environmental Military Police Platoon of the State of Sergipe. For this, we used a semi-structured questionnaire covering questions about the environmental characteristics of the military police (gender, age, military rank, education and length of service in PPAMB), characteristics of behavior in hits (predilection for instance, the call requests, difficulties in attending the event) and environmental perception (affinities with the environment, environmental behavior, knowledge about the environment, priority in the release of wild animals and interest in participation of environmental courses). Most environmental police has affinity with environmental issues and 70% adopt environmentally friendly actions in the workplace. There is concern in taking courses in environmental education. It is necessary to create specific courses to environmental - Environmental Professional Development Course (CAPA) - as a way to provide the professional expertise, enabling the delivery of a quality public service to the society, regarding the protecting the environment.

KEYWORDS: Environmental Perception; Environmental Police; Environmental Education.

Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v.4, n.1, Dez 2012, Jan, Fev, Mar, Abr, Mai 2013.

ISSN 2179-6858

SECTION: Articles

TOPIC: Educação Ambiental



DOI: 10.6008/ESS2179-6858.2013.001.0002

Cristiano Cunha Costa

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8776823247568438>

cristianocunha1982@hotmail.com

Received: 01/12/2012

Approved: 25/03/2013

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Referencing this:

COSTA, C. C. Percepção ambiental dos policiais do pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, Aquidabã, v.4, n.1, p.15-32, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.6008/ESS2179-6858.2013.001.0002>

INTRODUÇÃO

A questão ambiental está se tornando ainda mais presente a cada dia, diante da demasiada pressão humana sobre os recursos ambientais, causando enormes prejuízos estratégicos em termos de recursos naturais e biodiversidade, tendo como consequência o decréscimo da qualidade de vida das populações rurais e urbanas. Diante dessa situação, torna-se necessário o cumprimento das leis ambientais no sentido de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para o bem estar da população.

Diante do intenso uso irracional dos recursos naturais brasileiros, desde a época do descobrimento, a ausência do conhecimento da infinidade do meio ambiente justificou os processos evolutivos da atividade policial militar, e, por conseguinte, Policial Militar Ambiental a qual atua pautada em uma legislação vigente que coíbe a degradação, o dano ou o crime ambiental e que tal legislação dita regras para a utilização dos bens naturais.

O Pelotão de Polícia Ambiental do estado de Sergipe foi criado no ano de 1996, tendo como objetivo assegurar a preservação ambiental, inibindo os crimes ambientais. Além disso, estimula a sensibilização ambiental da população sergipana por meio de ações de educação ambiental de caráter formal e informal. É um Pelotão da Polícia Militar do Estado de Sergipe especializado na temática ambiental.

Diante das ações ambientais realizadas pelo PPamb podem ser destacadas: patrulhamento fluvial, perturbação do sossego, combate ao tráfico ilegal de animais silvestres, combate à exploração ilegal dos recursos florestais, combate à extração ilegal de minérios, atividades de educação ambiental, dentre outros.

É nesse contexto que se insere a importância do policiamento militar ambiental, com o fito de realizar o policiamento ostensivo repressivo ambiental, com elaboração Relatórios de Ocorrências Ambientais (ROA), pautados nas leis ambientais e preventivo atividades de educação ambiental.

A Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN), na década de 70, definiu a educação ambiental como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e a apreciação das interpelações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico (DIAS, 2003).

Na Conferência de Tbilisi (1987), foi definida como uma dimensão dada ao seu conteúdo e prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Dessa forma, essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 2003).

No entendimento de Santos (2006), a conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento ou Rio-92 destacou a necessidade do enfoque interdisciplinar, priorizando algumas áreas, tais como, a reorientação da educação para o desenvolvimento sustentável, aumento de esforços, propiciando informações sobre meio ambiente, almejando promover a sensibilização popular.

Para Oliveira (2000) na medida em que o homem é parte integrante da natureza e, enquanto detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos age, permanentemente, sobre sua base natural de sustentação, alterando suas propriedades e, em decorrência deste processo interativo, a sociedade, também, sofre modificações em sua dinâmica.

A UNESCO, em 1987, definiu a educação ambiental como sendo um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. Isso significa que os seus objetivos estão diretamente relacionados com mudanças de valores e atitudes as quais, necessariamente, devem passar por reflexões a respeito da visão do ser humano sobre si mesmo, sobre seu meio ambiente e as relações entre o ambiente humano construído e o ambiente natural (WWF, 2003).

No Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizada em Moscou (1987), concordou-se que a educação ambiental deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos.

A educação ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2004).

Trata-se de uma educação que deve prover os meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interagem no tempo e no espaço para modelar o meio ambiente. Quando possível, o conhecimento em questão deveria ser adquirido por meio da observação, do estudo e da experimentação de ambientes específicos. Deve, também, definir os valores e motivações que conduzam a padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio ambiente (DIAS, 2003). Uma questão crucial para o sucesso dos programas de educação ambiental é a adoção de ferramentas adequadas para que cada grupo atinja o nível esperado de percepção ambiental (JACOBI *et al.*, 2004).

A percepção ambiental é definida, segundo Faggionato (2005), como sendo “uma tomada de consciência do ambiente pelo homem”, ou seja, como se autodefine, percebe o ambiente que se esta localizado, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma.

No entendimento de Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem de um lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. Nesta acepção, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura semiótica da produção discursiva, artística, arquitetônica etc. de uma comunidade.

É interessante notar, cientificamente, que o conceito de percepção ambiental estabelece uma ligação sobre o meio físico e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do instrumental psicológico de cada indivíduo.

Uma crítica epistemológica ao conceito de percepção ambiental suscita, então, a pergunta sobre até que ponto os estudos de percepção ambiental são instrumentos válidos para a “escuta das comunidades” e como a adoção de determinadas perspectivas metodológicas pode expressar os compromissos ideológicos dos agentes envolvidos na administração de áreas protegidas.

Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio ambiente. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes, e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente. Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FAGGIONATO, 2005).

Para Higuchi & Azevedo (2004) as capacidades e experiências pessoais são formas de pensar que nos fazem ser distintos uns dos outros, de modo que, diante de uma mesma situação, cada pessoa tem uma experiência única de percepção, que contribui para formar suas representações, ideias e concepções sobre o mundo.

Krasilchik (1986) expressa que a base dessa diversidade de percepções sobre as causas da degradação do meio e suas soluções, por sua vez, reside na variedade de pontos de vista sobre o processo de desenvolvimento e sobre o conceito de qualidade de vida, que não podem ser padronizados, mas dependem das aspirações de cada população, de cada comunidade.

Fiori (2002) considera que o estudo da percepção da paisagem pode contribuir, portanto, para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, o que possibilita uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior (ponto de vista de um indivíduo, uma coletividade ou mesmo uma população no seu conjunto), com os conhecimentos do exterior (abordagem científica tradicional), enquanto instrumento educativo e agente de transformação.

A educação ambiental tem a obrigação de envolver a comunidade, no sentido de ampliar a percepção, internalizando a mudança de comportamentos e atitudes.

Para o entendimento de Ruscheinsky (2002), o basilar da educação ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas. Em função disso, torna-se necessária a consolidação de um entendimento mais amplo do processo de educação ambiental, ou seja, de que a educação ao trabalhar com as questões ambientais não se reduza ao ensino ou a defesa da ecologia (OLIVEIRA, 2000).

Segundo o mesmo autor, ela deve ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob a perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, ecológica e cultural, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, independente do nível, dão lugar às ações que afetam o meio ambiente.

Pode-se afirmar que o próprio conceito de educação ambiental está diretamente relacionado à percepção do indivíduo, a exemplo da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), no seu artigo 1º, em que se entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, competências e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A percepção e a interpretação dos níveis e dimensões das realidades ambientais, das singularidades e da importância do patrimônio paisagístico, das atitudes e condutas humanas, dos valores ambientais devem contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações visíveis e não visíveis, tangíveis ou não, da paisagem, percebida e interpretada como patrimônio de um povo, de um país, legado às futuras gerações, consideradas as várias instâncias e conjunturas, pois um horizonte de possibilidades individuais e coletivas é desvendado numa expressão de valores locais, regionais e universais (GUIMARÃES, 2007).

Diversas são as formas de se estudar a percepção ambiental: questionários, mapas mentais ou contorno, representação fotográfica, etc. Existem ainda trabalhos em percepção ambiental que buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente.

Elucidar como a utilização do conceito de percepção ambiental tem se inserido nesses debates é uma tarefa importante para a democratização da ciência e dos saberes, e para uma reflexão sobre instrumentos que dispomos e o quanto estes são adequados para garantir a escuta às comunidades na administração de áreas protegidas, visando garantir maior qualidade ambiental para todos.

A questão ambiental é, então, apontada como elemento comum a ser contemplado por diferentes correntes filosóficas e seus respectivos métodos, presentes no processo de conhecimento dos problemas socioambientais atuais. Os métodos de interpretação da realidade surgem, nesse contexto, como a via de relacionamento entre essas formas de saber (GUARIM, 2002).

O estudo do nível de compreensão e conhecimento dos policiais militares ambientais sobre o meio ambiente é de crucial importância para traçar o perfil do policial militar do Pelotão Ambiental, servindo de ferramenta para a realização de cursos práticos na área ambiental, favorecendo o aperfeiçoamento profissional do efetivo.

Este trabalho teve como objetivo conhecer a percepção ambiental dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe.

METODOLOGIA

Caracterização da área de estudo

O Pelotão Ambiental, implantado em 1996, possui um efetivo de 38 praças e 02 oficiais os quais representam o comando e o sub-comando da unidade, sendo que o policiamento ostensivo ambiental é realizado por 28 praças enquanto que os demais são responsáveis pelas atividades administrativas.

O Pelotão de Polícia Ambiental objetiva a proteção e a preservação do meio ambiente, coibindo de maneira repressiva e inibitória, através de ações fiscalizatórias, e de maneira preventiva por meio de ações de educação ambiental junto a escolas e comunidades.

Atualmente, está sediado no Parque Governador Valadares (Parque dos Cajueiros), avenida Beira Mar, bairro Farolândia.

Coleta e Análise das Informações

Escolheu-se o PPAmb para ser o foco da pesquisa pelo fato de ser um Pelotão da Polícia Militar do Estado de Sergipe especializada no policiamento ostensivo repressivo e preventivo no que se refere às questões ambientais.

Para a coleta das informações sobre a percepção dos policiais militares ambientais foi utilizado um questionário semi-estruturado.

O questionário abrangeu perguntas a respeito das características do policial militar ambiental (gênero, idade, graduação militar, escolaridade e tempo de serviço no PPAmb), características do comportamento nas ocorrências (predileção por ocorrência, atendimento a solicitações, dificuldades no atendimento à ocorrência) e percepção ambiental (afinidades com o meio ambiente, comportamento ambiental, conhecimento sobre meio ambiente, prioridade na soltura de animais silvestres e interesse na participação de cursos ambientais).

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2012, sendo possível aplicar 28 questionários com os policiais que estão empregados no serviço ordinário, uma vez que são esses militares que estão no policiamento ostensivo.

Para Takahashi (2004) *apud* Santos (1997) a entrevista é um tipo de comunicação, com um grau de estruturação previamente definido cuja finalidade é a obtenção de informações da pesquisa.

As respostas dos questionários foram tabuladas em planilha Excel. Em seguida, as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias. Foi utilizado o programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) for Windows 1.0, sendo possível fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos dados e, conseqüentemente, permitindo traçar o perfil do policial militar ambiental da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil do Policial Militar Ambiental

Quanto ao gênero, observou-se que dos policiais militares do Pelotão de Polícia Militar Ambiental entrevistados, a maioria é do gênero masculino (95%) (figura 01).

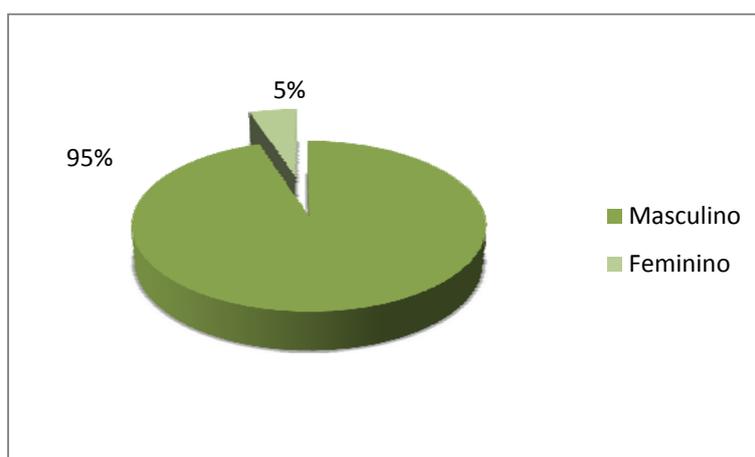


Figura 01: Gênero dos policiais militares do Pelotão de Polícia Militar Ambiental.

De forma semelhante, Margarido (2007) em estudo do perfil dos policiais ambientais no Distrito Federal, observou que a maioria é do gênero masculino (93%).

Quanto à hierarquia existente no Pelotão Ambiental, notou-se que, das guarnições empregadas no policiamento ostensivo, a maioria do efetivo corresponde a graduação de soldado (65%), que corresponde a primeira graduação existente na corporação militar, seguida pela graduação de Cabo (20%) a qual corresponde a graduação intermediária entre a graduação de Soldado e a de Sargento (figura 02).

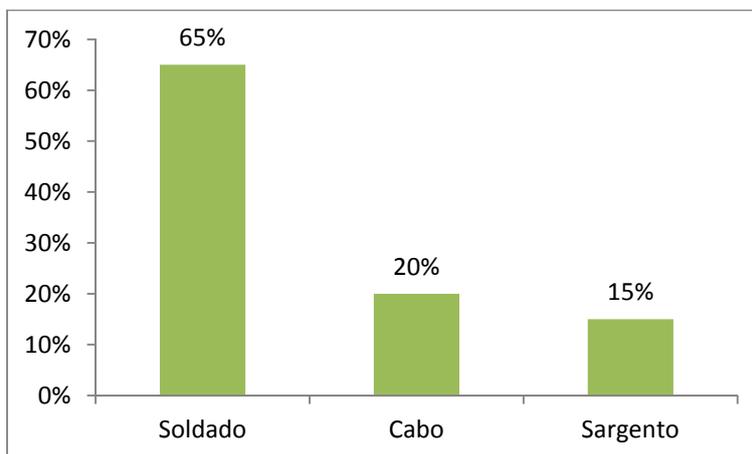


Figura 02: Graduação militar dos policiais militares ambientais que atuam no policiamento ostensivo.

A graduação militar de Sargento corresponde a 15%, que, no caso do Pelotão Ambiental, são responsáveis pela função de “Supervisores de Dia”, ou seja, são os militares que estão à frente do serviço, devido a sua antiguidade hierárquica.

Observou-se que 45% dos policiais militares entrevistados tem uma faixa etária de 30 a 39 anos, seguido por policiais de 40 a 49 anos (40%) (figura 03).

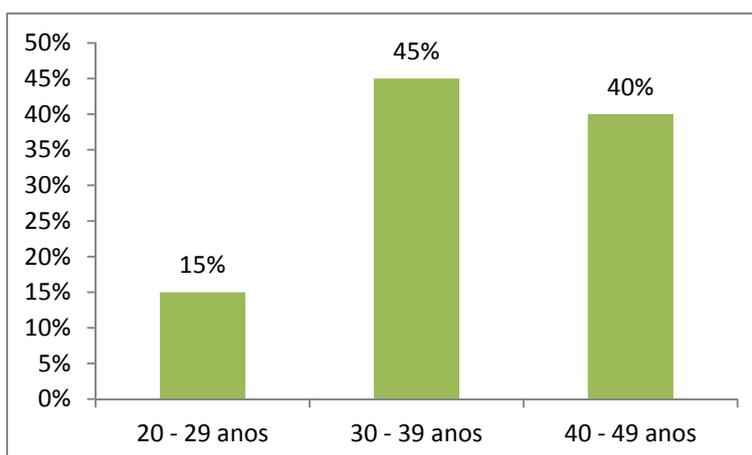


Figura 03: Faixa etária dos policiais ambientais entrevistados.

À medida que a faixa etária aumenta há um aumento do número de policiais militares no Pelotão. Dessa maneira, depreende-se que o Pelotão Ambiental é composto por profissionais com maior tempo de serviço público. Por outro lado, policiais mais jovens representam somente 15% do efetivo do serviço ordinário.

A maioria dos policiais militares ambientais do Distrito Federal possui faixa etária dos 36 aos 40 anos (36,5%), seguido dos que possuem faixa de idade entre os 41 aos 45 anos (24,3%).

Dos policiais ambientais entrevistados, (45%) possui o Ensino Superior Completo, seguido dos policiais que possuem o Ensino Médio (30%) e do Superior Incompleto (25%) (figura 04).

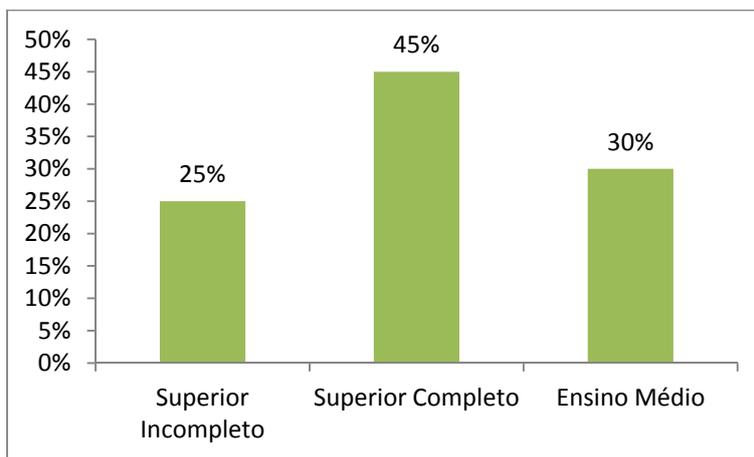


Figura 04: Nível de escolaridade dos policiais militares entrevistados no PPAmb.

Vale a pena destacar que no Pelotão Ambiental há policiais militares que são acadêmicos do curso de Direito, Educação Física e Teologia. Dos policiais militares que já possuem formação superior, estão profissionais de História, Administração, Direito, Informática, Letras, Ciências Biológicas, dentre outros.

A diversidade de formação acadêmica existente entre os policiais possibilita que a atuação do Pelotão Ambiental, de uma forma geral, seja complexa e sistêmica, no que se refere à interdisciplinaridade do conhecimento técnico do seu efetivo.

Além disso, embora haja técnicos formados em área não específica do meio ambiente, os policiais possuem certa afinidade pelas questões ambientais, procurando se qualificar e informar sobre a temática ambiental constantemente.

Margarido (2007) estudando o perfil dos policiais militares ambientais observou que 60% do efetivo possui o Ensino Médio, seguido dos que possuem graduação (37,2%).

Quanto ao tempo de serviço no Pelotão especializado, a maioria dos entrevistados (35%) tem de 2 a 4 anos de tempo de serviço no Pelotão Ambiental, seguido dos que tem de 1 a 2 anos (20%) (figura 05).

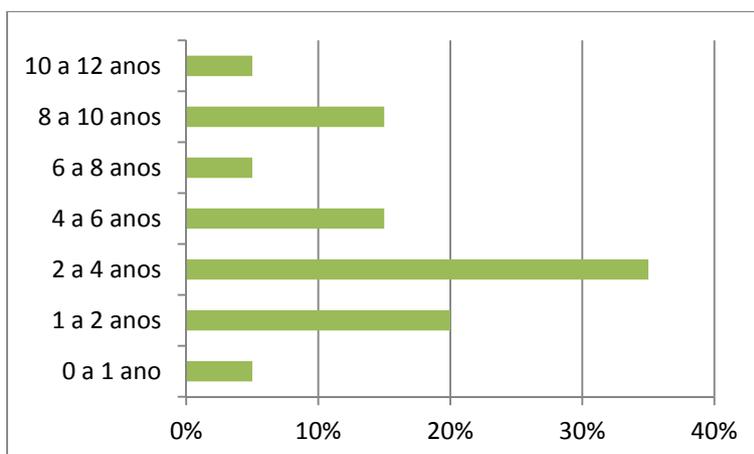


Figura 05: Tempo de serviço dos policiais militares no Pelotão Ambiental.

O maior tempo de serviço no Pelotão Ambiental resulta em um aperfeiçoamento profissional diante das questões ambientais, de uma forma geral, e, mais especificamente, dos problemas ambientais existentes no estado de Sergipe.

No Pelotão Ambiental quando algum policial é recém-chegado na unidade, há o costume de os mais antigos explicarem a dinâmica das ocorrências, permitindo que haja uma interação do policial militar.

A maioria do efetivo da Companhia de Policiamento Ambiental do Distrito Federal (60%) possui menos de 04 anos de serviço na unidade (MARGARIDO, 2007).

No que se refere à permanência do militar (figura 06), a maioria dos policiais entrevistados (80%) disseram que estão no Pelotão Ambiental por conveniência própria, ou seja, que estão no PPAmb por alguma vantagem particular ou comodismo. Por outro lado, apenas 20% diz estar no Pelotão por conveniência do serviço, no sentido de contribuir de alguma forma para o Pelotão Ambiental.

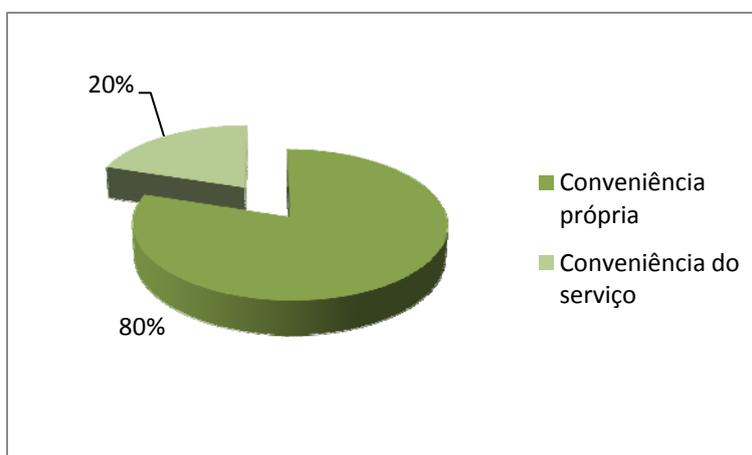


Figura 06: Conveniência no Pelotão Ambiental segundo os policiais militares.

Características de Comportamento nas Ocorrências

Observou-se que entre os policiais militares entrevistados há uma predileção no atendimento às ocorrências (60%) (figura 07).

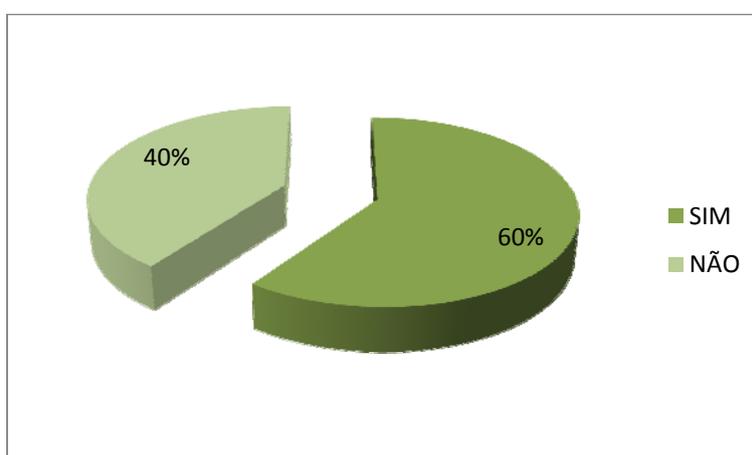


Figura 07: Predileção no atendimento às ocorrências segundo os policiais militares do Pelotão Ambiental.

As ocorrências preferidas dos policiais militares do Pelotão de Polícia Ambiental são: Captura de Animais Silvestres (30,31%), seguida das ocorrências de Combate Ilegal ao Tráfico de Fauna (27,27%) e Extração Ilegal de Recursos Minerais (21,21%) (figura 08).

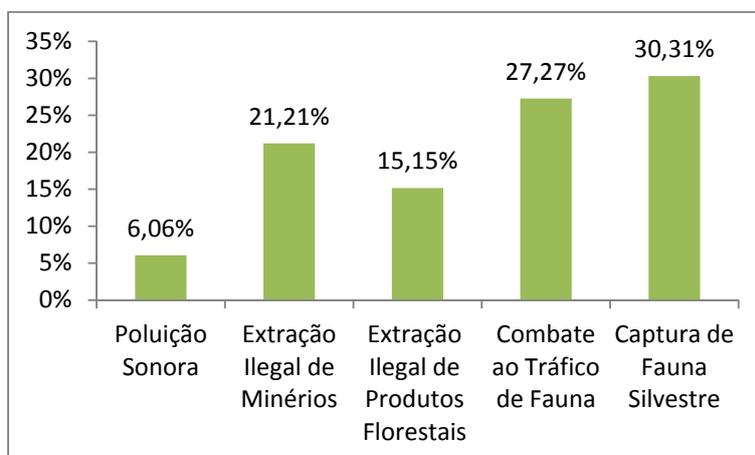


Figura 08: Tipo de ocorrência preferida no atendimento realizado pelos policiais ambientais.

A captura de animais silvestres em residências ocorre, principalmente, por conta do crescimento do município de Aracaju, havendo a construção de bairros e loteamentos residenciais, reduzindo as áreas de mata. Dessa maneira, como os animais silvestres não têm para onde ir, eles acabam adentrando nas residências a procura de alimento e abrigo. Os animais mais capturados são: corujas, cobras, jacarés, gaviões, capivaras, iguana, dentre outros.

O tráfico ilegal de fauna é considerado o terceiro maior tráfico do mundo, pois movimentava bilhões de dólares em todo o mundo, perdendo, somente, para o tráfico de drogas e armas, favorecendo que inúmeras espécies corram o risco de extinção (SAAB, 2006; Zago, 2008).

Diante do atendimento às ocorrências, a maioria dos policiais que trabalham no combate aos crimes ambientais (85%) se sentem seguros para atender as ocorrências (figura 09).

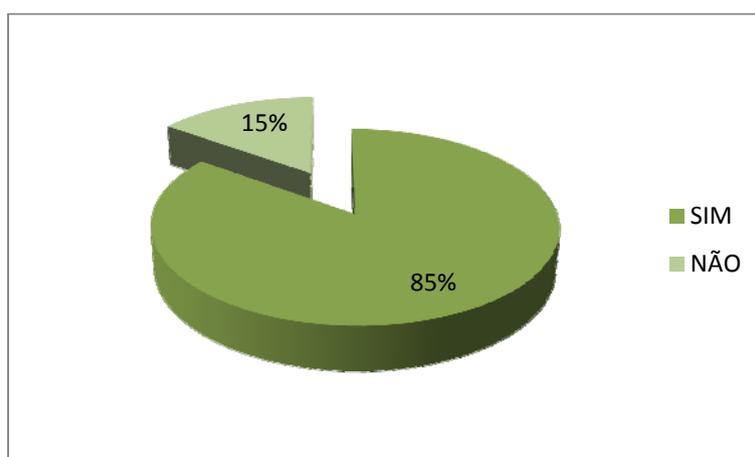


Figura 09: Segurança no atendimento às ocorrências ambientais.

Por outro lado, dentre os tópicos apontados por aqueles que não se sentem preparados para atender as ocorrências (15%), estão o desconhecimento da legislação ambiental, o desconhecimento da flora nativa e a falta de conhecimento técnico sobre o meio ambiente.

É interessante destacar que os policiais militares do Pelotão Ambiental, constantemente, participam de cursos de qualificação na área ambiental sobre técnicas de contenção de animais silvestres, legislação ambiental, Termo Circunstanciado de Ocorrência, transporte ilegal de produtos florestais, patrulhamento fluvial, identificação e cubagem de madeira nativa e outros.

A qualificação e a experiência profissional são fundamentais para a formação técnica e legal dos policiais militares, permitindo que as ocorrências tenham o desfecho com êxito. Por outro lado, a insegurança técnica para o atendimento às solicitações de denuncia ou via CIOSP (Centro Integrado de Ocorrência em Segurança Pública - 190) acaba sendo comprometido.

Diante dessa situação, é necessário que, constantemente, sejam realizados cursos, palestras e oficinas, de acordo com os anseios dos policiais integrantes do Pelotão Ambiental, no sentido de minimizar as dificuldades persistentes existentes no aspecto técnico.

É interessante destacar a importância da criação de um Curso de Policiamento Ambiental (CPA), no que tange a proporcionar o acesso ao conhecimento e minimizar dúvidas, promovendo a confiabilidade nas questões ambientais. Trata-se da promoção de atividades de educação ambiental entre os integrantes do Pelotão Ambiental, visando à aquisição do conhecimento técnico na seara ambiental para um melhor desempenho nas ocorrências de policiamento ostensivo ambiental.

A maioria dos policiais militares do Pelotão Ambiental (figura 10) sente dificuldade de atender ocorrência sobre solicitação de poluição sonora (31,81%).

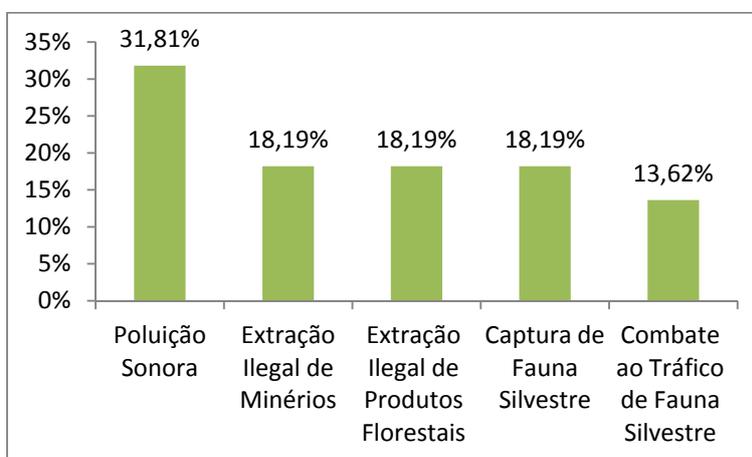


Figura 10: Segurança no atendimento às ocorrências ambientais segundo os policiais ambientais.

A principal ocorrência que o Pelotão Ambiental atende, durante os finais de semana, é a solicitação de poluição sonora. O atendimento as ocorrências de perturbação de sossego são oriundas de Ordem de Serviço do Ministério Público a bares e residências, principalmente, e por meio de solicitação via CIOSP, sendo o tipo de ocorrência mais atendida todos os meses.

Tal fato se deve, de uma forma geral, ao esclarecimento que a sociedade está tendo com relação ao direito ao sossego que deve ser assegurado e está tipificado no Código Penal, das Contravenções Penais Referentes à Paz Pública.

Percepção Ambiental dos Policiais Militares do Pelotão Ambiental

A partir dos dados obtidos, foi possível analisar a percepção dos policiais militares do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do estado de Sergipe com relação ao comportamento dos mesmos: afinidade com as questões ambientais, adoção de medidas ambientalmente corretas, conhecimentos sobre meio ambiente, urgência em destinar animal silvestre capturado em ocorrência e participação em curso de educação ambiental.

Com relação à afinidade com as questões ambientais, 90% dos entrevistados afirmaram ter simpatia com a temática ambiental. Apenas 10% dos policiais militares não possuem afinidade pelas questões ambientais (figura 11).

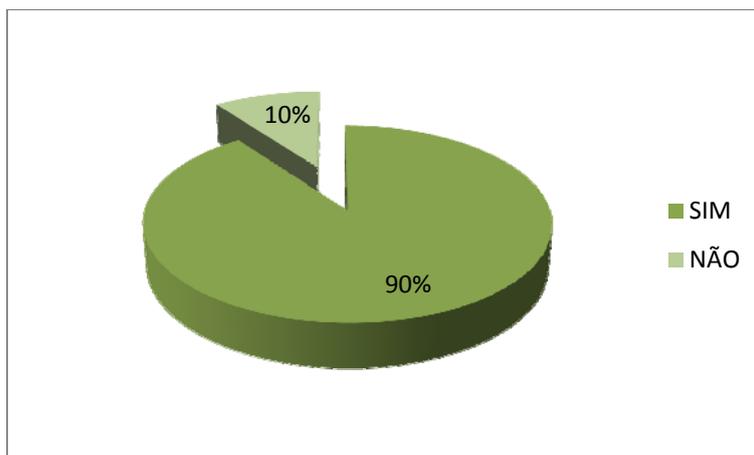


Figura 11: Afinidade dos policiais ambientais pelas questões ambientais.

A afinidade das questões ambientais desperta no indivíduo um senso de autodisciplina sobre o meio ambiente, devido ao comportamento, hábitos e atitudes de proteção e uso racional dos recursos naturais, melhorando a relação do homem com a natureza.

Quando perguntados sobre a adoção de medidas ambientalmente corretas no local de trabalho, a maioria dos policiais militares disse que realizam ações corretas para amenizar os impactos no meio ambiente. Segundo eles, adotam ações como: economia de água e energia elétrica, reutilização consciente de material do expediente, adoção de copo descartável, destinação correta do lixo, dentre outras.

O Pelotão de Polícia Ambiental não está preparado para estimular comportamentos ambientalmente corretos aos seus integrantes, uma vez que não há uma política de consumo consciente dos recursos naturais como um todo.

O uso de copo descartável é uma prática extremamente comum dentro do PPAmb. Esse tipo de copo descartável é usado por vários policiais militares que estão no serviço ordinário, como também, por pessoas que estão empregados na parte administrativa da unidade.

Diante dessa situação, é interessante atentar para o impacto que esse tipo de material causa ao meio ambiente, pois o tempo de degradação no meio natural é de 200 a 450 anos, implicando na qualidade de vida das futuras gerações (GRIPPI, 2001).

A questão da destinação correta do lixo produzido pelo pelotão de Polícia Ambiental é outro fator de preocupação. Não há na a coleta seletiva do lixo, ou seja, tudo que é descartado como lixo no PPAmb é misturado e coletado pela empresa TORRE, não tendo a preocupação em separar o material e dar o destino correto, gerando impactos ambientais negativos.

Para Bley Júnior (2001) no Brasil são produzidos cerca de 47.450 mil toneladas de lixo por ano. Entre os muitos problemas associados com esse enorme volume de resíduos sólidos, está a sua destinação final. Apenas 1% do lixo passa por algum tipo de tratamento (coleta seletiva, reciclagem e/ou incineração) e o restante é disposto em aterros controlados ou sanitários.

Além disso, é comum observar o uso indiscriminado de energia elétrica e água em ambientes sem a devida necessidade do uso, como, por exemplo, quando é deixado lâmpadas e condicionadores de ar ligado sem a presença humana no recinto, ou, ainda, o uso de água durante a higienização pessoal (banho ou uso da pia) ou por meio da limpeza do Pelotão. Dessa forma, há um impacto ambiental com relação ao uso do recurso hídrico, uma vez que é um recurso natural não renovável, sendo necessária a adoção de comportamentos que venham a eliminar o desperdício.

Por outro lado, apenas 10% diz não adotar medidas ambientalmente corretas no local de trabalho, devido a falta de incentivo do Estado, representando pelo PPAmb, no que se refere a predisposição logística e estrutural. Dessa maneira, a ausência de atitudes adequadas ao meio ambiente, implica em uma série de impactos ambientais.

Na verdade, a infra-estrutura deve ser baseada em princípios da gestão ambiental, reduzindo o consumo de energia, controle da emissão de resíduos e a adoção de fontes alternativas de energia como, por exemplo, a energia eólica e a energia solar, dentre outros (COSTA, 2008).

Dos policiais militares entrevistados, 55% disseram que há uma preocupação na destinação de animal silvestre quando capturado em ocorrência. Por outro lado, 45% disse que não tem essa preocupação (figura 12).

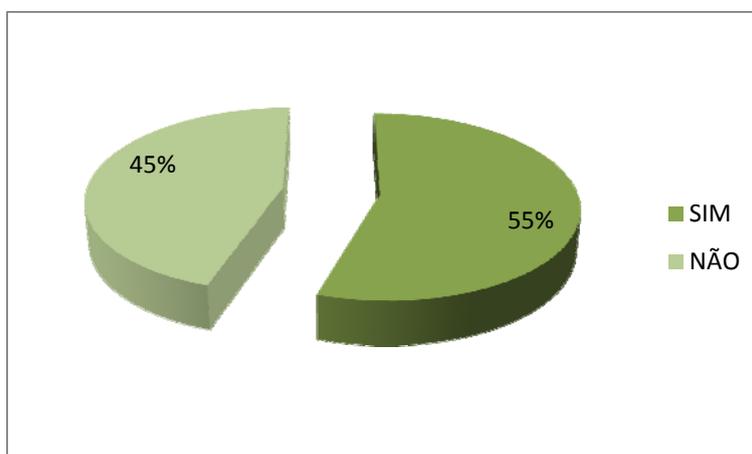


Figura 12: Preocupação em destinar animal silvestre capturado em ocorrência ambiental.

Dentre os principais destinos dos animais apreendidos, destaca-se a soltura, pois no entendimento dos policiais militares ambientais seria a melhor medida, uma vez que o estado de Sergipe não possui um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), com capacidade de receber os animais apreendidos, permitindo a assistência necessária e o destino adequado.

Embora a soltura seja prevista pela Lei de Crimes Ambientais e pelo Decreto 3179/99, ela não está sendo realizada com a adoção de critérios técnicos, científicos e ecológicos. Dessa forma, deve ser realizada de acordo com programas específicos de manejo de fauna silvestre, não implicando em riscos ao equilíbrio ecológico dos ecossistemas.

Dentre os critérios adotados para que ocorra a soltura deve-se:

- Conhecer o lugar de origem do animal silvestre;
- Catalogar o animal silvestre;
- Verificar a capacidade de suporte da área onde será feita a soltura;
- Liberar o animal em seu habitat natural, longe da presença humana.

60% dos policiais que estão no serviço ordinário no Pelotão Ambiental já participaram de algum curso de educação ambiental (figura 13); 40% ainda não participaram, pois não teve a oportunidade ou falta de uma política de qualificação, segundo os mesmos.

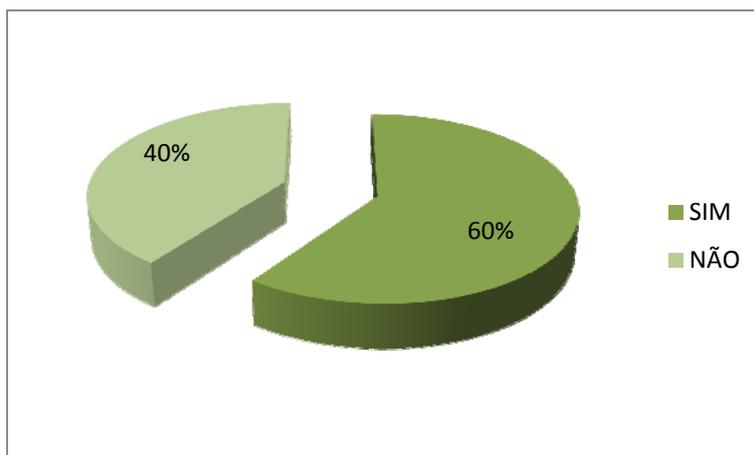


Figura 13: Participação dos policiais militares do Pelotão Ambiental em cursos de educação ambiental.

A educação ambiental deve prover meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interagem no tempo e no espaço, para modelar o meio ambiente. Tais conhecimentos, sempre que possível, deverão ser adquiridos por meio da observação, estudo e experimentação dos fenômenos ambientais (DIAS, 2003).

É interessante destacar que a formação e a capacitação na área ambiental não devem deixar de serem estimuladas, como ferramenta de educação ambiental dirigida aos policiais militares ambientais no processo pedagógico de transmissão do conhecimento, permitindo que tais mudanças de costumes, hábitos e comportamentos sejam aplicados dentro do próprio Pelotão Ambiental como, também, no cotidiano dos policiais.

Dentre aqueles policiais militares que participaram de curso de educação ambiental, 50% o fez há 03 anos atrás e 41,66% a 01 ano atrás, mostrando a constante qualificação dos policiais quanto a preparação profissional (figura 14).

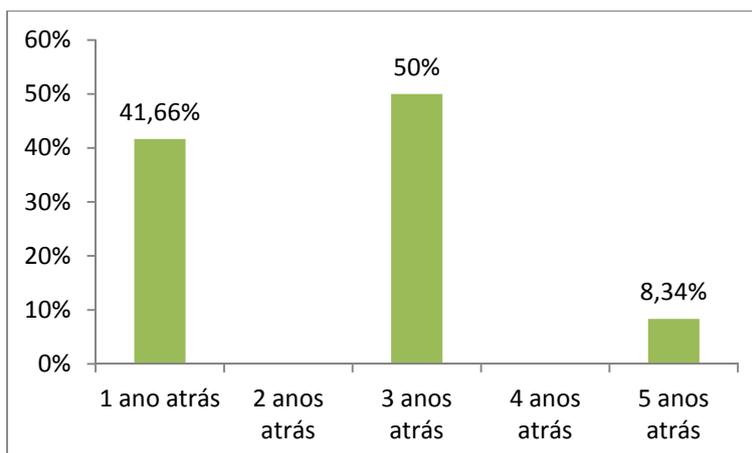


Figura 14: Tempo de participação em curso de educação ambiental dos policiais ambientais.

No entendimento de Margarido (2007) a Polícia Militar Ambiental poderia se especializar no domínio da promoção de educação ambiental e transformar a imagem do que realmente é um policial militar ambiental, atuando de forma preventiva. Deixar claro qual seu papel junto à comunidade, atuando como parceira na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Através de ações de educação ambiental, caráter formal ou informal, junto à comunidade é possível promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, valores, interesse ativo e atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade como um todo, tornando-a apta a agir em busca de alternativas para a solução dos problemas ambientais, como forma de elevar a qualidade de vida (DIAS, 2003).

CONCLUSÕES

A atuação para se resolver os problemas ambientais requer um enfoque sistêmico e interdisciplinar, devido à interação dos fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, ecológicos e culturais com as questões ambientais, permitindo a adoção de estratégias complexas para a solução dos problemas ambientais.

É recomendável que sejam feitas algumas alterações dentro do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe. Percebeu-se que, embora os policiais militares tenham certa afinidade e conhecimento sobre as questões ambientais, ainda há entre eles algumas dificuldades no que se refere ao atendimento de algumas ocorrências. Dessa forma, torna-se necessária a criação de cursos específicos às temáticas ambientais – Curso de Aperfeiçoamento Profissional Ambiental (CAPA) -, como forma de dotar os profissionais de conhecimentos técnicos, permitindo a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade, no que tange a proteção do meio ambiente.

Além disso, é crucial a adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) dentro do Pelotão Ambiental, permitindo controlar os impactos ambientais de suas atividades e serviços, por meio da implementação de uma política ambiental, especificando competências, comportamentos, procedimentos e exigências.

Torna-se necessária a adoção de projetos permanentes de educação ambiental juntamente com a comunidade, permitindo a sensibilização dos indivíduos sobre a temática ambiental, no sentido de estimular a mudança de comportamentos, hábitos e costumes, estimulando a formação de cidadãos críticos e envolvidos na questão ambiental. Tal ação permitirá que o Pelotão Ambiental tenha um comportamento preventivo e estimule que os indivíduos tenham atitudes de proteção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BLEY JÚNIOR, C.. Lixo no Brasil e no mundo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA. **Anais**. São Paulo, 2001.

BRASIL. **LEI Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: DOU, 1999.

DIAS, G. F.. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2003.

FAGGIONATO, S.. **Percepção ambiental**. Disponível: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso: 25 mar 2007.

FERRARA, L. D. A.. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: EDUSP, 1993.

FIORI, A.. **Ambiente e educação**: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2002.

GUARIM, V. L. M. S.. **Barranco alto**: uma experiência em educação ambiental. Cuiabá, UFMT, 2002.

GUIMARÃES, S. T. L.. **Percepção, interpretação e valoração ambiental**. Rio Claro: IGCE-UNESP, 2007. (Notas de Aula)

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G.C.. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n.0, p.63-70, 2004.

JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L.. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 7. **Anais**. Belo Horizonte: 2004.

KRASILCHIK, M.. Educação ambiental na escola brasileira: passado, presente e futuro. **Revista Ciência e Cultura**, Rio de Janeiro, n.38, p.1958-1961, 1986.

LOUREIRO, C. F. B.. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARGARIDO, F. P.. **Educação ambiental e polícia militar**: um estudo de caso no Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2007.

OLIVEIRA, E. M.. **Educação ambiental**: uma possível abordagem. Brasília: IBAMA, 2000.

RUSCHEINSKY, A.. **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAAB, J. J.. Tráfico ilícito de animais silvestres: a resposta penal segundo a lei 9.605/98. **Rev. Ciências Humanas**, v.12, n.1, p.61-66, 2006.

SANTOS, C. S.. **Tipificação do lixo visando estratégias de educação ambiental no Parque Nacional Serra de Itabaiana**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SANTOS, S. B.. **Pesquisa de marketing**: conceitos e metodologia. São Paulo: Makron Books, 1997.

WWF. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

ZAGO, D. C.. **Animais da fauna silvestre mantidos como animais de estimação**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.